



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Estamos falando de museologia social, museus comunitários, colaborativos ou ecomuseus? Reflexões sobre os Museus de Sociedade a partir do contexto francês

Autoria: Samuel Ayobami Akinruli (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Essa comunicação tem o intuito de refletir sobre as disputas de territórios e práticas discursivas dos museus no contexto da França a partir da experiência etnográfica desenvolvida ao longo de seis meses entre os anos de 2019-2020. Por meio da produção de uma cartografia social das instituições museológicas francesas que foram organizadas sob três grandes linhagens ? Museus de Arte, Museus de Ciências Naturais e Museus da Sociedade ? intenta-se promover discussões pertinentes ao campo da Antropologia, qual seja pela prática etnográfica e pela percepção conceitual de noções como comunidade, acervo, identidade, sociedade e território. O recorte será dado por meio de alguns exemplos que se enquadram na concepção de Museus de Sociedade em contraste a alguns Museus de Arte. Tais reflexões ressaltam a gênese e as discussões sociais relacionadas às concepções de museus sociais, comunitários, colaborativos e ecomuseus, de modo que é algo a ser ponderável se se tratam de sinônimos ou se distanciam epistemologicamente e cronologicamente. Podemos comparar a realidade francesa à brasileira em suas experiências no tocante à museologia social? Por fim, tais questões expõem em profundidade elementos pertinentes à crítica pós-colonial no contexto contemporâneo, na qual narrativas outras são tomadas por narradores antes invisibilizados ou marginalizados, tendo ações passíveis de profundos entraves por representados e representações nos museus que são alvo da reafirmação ou negação do poder e dos discursos coloniais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: